

# INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR PELO VESTIBULAR: SISTEMA DE SELEÇÃO OU FORMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO?

## ADMISSION TO HIGHER EDUCATION THROUGH THE VESTIBULAR: SELECTION SYSTEM OR EDUCATION EVALUATION FORM?

Jeferson Lozecky 1  
Erivelton Fontana de Laat 2

**Resumo:** O ingresso no ensino superior é uma aspiração da maioria dos jovens, seja por uma questão de realização pessoal, seja para buscar uma formação plena como pessoa, seja visando sua inserção no mercado de trabalho que passa por mudanças radicais em função dos avanços tecnológicos. Para conseguir esse acesso, o estudante tem que passar pelos processos seletivos estabelecidos pelas universidades, dentre eles se destaca o Vestibular. A presente pesquisa objetivou analisar os números dos vestibulares de seis universidades públicas paranaenses no período de 2010 a 2020. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa e objetivos exploratórios, que ocorreu por meio de uma pesquisa documental. As análises mostram um aumento de inscrições em bacharelados e redução nas licenciaturas, além de uma concentração muito grande de inscrições em determinados cursos. A pesquisa aponta ainda que o vestibular pode ser usado como forma de avaliação dos níveis precedentes de ensino.

**Palavras-chave:** Concurso Vestibular. Processo Seletivo. Educação Superior. Universidades Públicas. Avaliação dos Níveis de Ensino.

**Abstract:** Admission to higher education is an aspiration of most young people, whether for a matter of personal fulfillment, or to seek a full development as a person, or aiming at their insertion in the job market, which has been through radical changes due to technological advances. In order to get access into higher education, the student has to go through the selection processes established by the universities, among them the entrance exam. The ongoing research aimed to analyze the numbers of entrance exams of six public universities in Paraná from 2010 to 2020. This is an applied research, with a quantitative approach and exploratory objectives, which took place through a documentary research. The analyzes show an increase of enrollments in bachelor's degrees and a reduction in licentiates, as well as a very large concentration of enrollments in certain courses. The research also points out that the entrance exam can be used as a way of evaluating previous levels of education.

**Keywords:** Entrance Exam. Selective Process. University Education. Public Universities. Assessment of Education Levels.

---

1 Doutorando em Desenvolvimento Comunitário. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Pela Universidade Estadual do Centro-Oeste(Unicentro). Professor da Unicentro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7730964244455084>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2355-4965>. E-mail: [jlozecky@gmail.com](mailto:jlozecky@gmail.com)

2 Doutor e Mestre em Engenharia de Produção, ênfase Ergonomia pela UNIMEP e UFRGS. Pela Universidade Estadual do Centro-Oeste(Unicentro). Professor da Unicentro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2648813906616187>. ORCID: [HTTPS://orcid.org/0000-0003-1732-3095](https://orcid.org/0000-0003-1732-3095). E-mail: [eriveltonlaat@hotmail.com](mailto:eriveltonlaat@hotmail.com)

## Introdução

Poucas coisas são certas no mundo como a mudança, resultado do processo natural de evolução humana. Partindo das ferramentas de pedra do *Homo habilis* datadas de 3,3 milhões de anos e chegando aos moderníssimos computadores do *Homo sapiens* que armazenam quantidades inimagináveis de informações, tudo é um processo de adaptação do ser humano a essa evolução cada vez mais rápida (DRAKE, 2015). Arrisca-se dizer que entre uma área ou outra da sociedade o que varia é a velocidade como as mudanças ocorrem, o que levava décadas, hoje pode se tornar diferente em questão de meses ou até dias.

Quando se trata da educação, sem a intenção de simplificar a análise, mas visando tangenciar para o tema explorado, não há como deixar de ver a frente de toda caminhada educacional a formação do estudante para uma profissão ou que leve à sua inserção no mercado de trabalho. Não que isso seja o fim por si só, nem se quer esquecer que a educação tem um *telos* maior de formação completa do indivíduo; mas não se pode negar que a formação dos alunos é pensada incluindo o viés de prepará-lo para ser um membro ativo e contributivo da sociedade.

A respeito disso há questões que têm suscitado debates por vezes complexos e polêmicos, dentre eles a Quarta Revolução Industrial e o avanço da inteligência artificial e seus impactos na sociedade. Ao historiar sobre o Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum – WEF*), Bertramelli Neto e Costa (2021, p. 5) trazem que “durante o período de 2014 a 2019, esses documentos se concentraram na Quarta Revolução Industrial, avaliando características e possíveis implicações dessa mudança estrutural na indústria e na economia”. Schwab (2016, online) antecipou o que se trataria no WEF 2016: “estamos à beira de uma revolução tecnológica que alterará fundamentalmente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos”. Acenou que essa revolução afetaria todas as áreas da vida humana, bem como de empresas, governos, etc.

Quando se depara com um cenário de mudanças radicais, vislumbradas num horizonte cada dia mais curto, com uma perspectiva de aumento do desemprego tecnológico e de substituições de profissões, a grande maioria das respostas se volta numa direção: a Educação. Nesse sentido, quando se trata de formação profissional parece ser entendimento comum entre os pesquisadores de Trabalho que as profissões que exigem níveis mais baixos de estudos são as que correm mais riscos de extinção; com isso os olhos se voltam para a Educação Superior.

Quando se pesquisou sobre educação para o século XXI com foco em cursos superiores se deparou com um grande número de estudos, mas que trazem abordagens relacionadas a cursos ou profissões específicas. Há pesquisas sobre o perfil de um ou de outro profissional, sobre grades curriculares, sobre inserção no mercado dos egressos de dado curso. Da mesma forma, foram localizadas publicações sobre as habilidades e competências que se espera dos futuros profissionais das áreas estudadas e como a universidade pode suprir essa necessidade formativa. Todavia, tais discussões parecem estar pulverizadas e desconectadas, não se localizando discussões que tratem dos caminhos do ensino superior como um todo e seu papel nesse contexto de avanço tecnológico de caráter planetário.

Partindo dessa contextualização e de outras análises relacionadas, realiza-se um projeto de pesquisa vinculado à tese de doutorado, buscando descobrir como as universidades públicas paranaenses (que são o *locus* da pesquisa) veem todas essas mudanças no mercado de trabalho e como estão reagindo a elas. Como fase preliminar das pesquisas, visando conhecer o contexto a ser estudado e para melhor delimitar o projeto de tese, foi feita uma Pesquisa Documental em seis universidades públicas paranaenses, relacionada aos números de seus concursos vestibulares nos anos de 2010, 2015 e 2020.

É inegável que quando o assunto é ensino superior, uma das primeiras questões levantadas diz respeito ao acesso a esse nível de ensino. A respeito disso abre-se um leque de discussões acadêmicas relacionadas às formas de ingresso nas instituições de ensino superior: vagas ofertadas, processos seletivos, dificuldades de acesso por parte de determinados segmentos da sociedade, políticas de cotas, entre outros.

O presente artigo busca trazer análises de um dos tipos de processos seletivos conhecidos

e utilizado pelas instituições de ensino superior no Brasil: os Concursos Vestibulares. Muito mais do que trazer conclusões a eles relacionadas, busca-se suscitar discussões sobre o que realmente sejam: o vestibular é um simples mecanismo de seleção para ingresso no ensino superior ou ele funciona como uma forma de avaliação dos níveis de ensino precedentes? Complementarmente, pode-se perguntar se esse “instrumento avaliativo”, se assim ele for visto, gera oportunidades para os diferentes segmentos da sociedade ou funciona como um mecanismo que acaba tolhendo essas oportunidades de camadas menos favorecidas econômica e socialmente da juventude que pretende ingressar no ensino superior? A discutida substituição pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) poderia ter resultados inclusivos ou incrementar o processo de exclusão, visto que o ENEM é primeiro um processo avaliativo e depois uma forma de ingresso no ensino superior?

Essas e outras questões, com as quais estes autores se deparam em suas experiências como docentes universitários no Estado do Paraná, especialmente quando detentores de funções acadêmicas e administrativas, foram intensificados quando da realização da pesquisa documental que motivou o presente artigo.

## Aspectos sobre o ensino superior no Brasil

Em 2017 foi regulamentado o Cadastro e-MEC para se constituir na base de dados oficial de todos os cursos e das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, independentemente de sistema de ensino. Pesquisando junto a esse Cadastro no mês de julho de 2021, foram listadas 3012 Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas cadastradas no seu sistema. Como se pode extrair da Tabela 01: desse total 88,08% (n=2653) eram IES privadas, enquanto as IES públicas representavam 11,92% (n=359); sendo que dentre as privadas 56,31% (n=1696) enquadram-se na categoria “Privadas com fins lucrativos”. De sua parte, dentre as IES públicas há uma relativa equivalência entre as públicas federais (n= 143) e as públicas estaduais (n= 148).

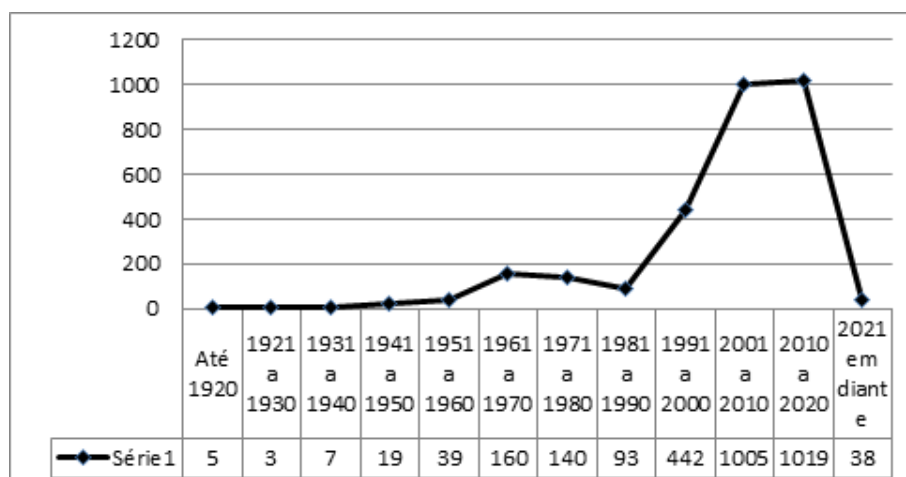
**Tabela 01.** Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas no Brasil (julho/2021)

Categoria administrativa	Faculdades	Universidade	Centro Univers.	Escola de Governo	IFs <sup>(1)</sup>	CEFETs <sup>(2)</sup>	Outros <sup>(3)</sup>	Total
Privada com fins lucrativos	1485	23	182	0	0	0	6	1696
Privada sem fins lucrativos	740	69	140	0	0	0	8	957
Pública estadual	99	41	2	5	0	0	1	148
Pública federal	9	68	1	11	39	2	13	143
Pública municipal	33	5	5	1	0	0	0	44
Especial <sup>(4)</sup>	20	0	4	0	0	0	0	24
<b>Total</b>	<b>2386</b>	<b>206</b>	<b>334</b>	<b>17</b>	<b>39</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>3012</b>
<sup>(1)</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.								
<sup>(2)</sup> Centro Federal de Educação Tecnológica.								
<sup>(3)</sup> Instituição Especialmente Credenciada para oferta de cursos lato sensu.								
<sup>(4)</sup> Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal.								

**Fonte:** Dados do e-MEC – elaborado pelos autores (2021).

Selecionando a data de criação dessas 3012 instituições, excluídas 42 que estão sem datas, verifica-se que na década de 1990 ocorreu mais que o triplo de credenciamentos (n=442) que a média das três décadas anteriores. Se o número já era alto, nas duas primeiras décadas deste século o crescimento é bem maior com o registro de mais de 1000 instituições credenciadas em cada década. Até 01/07/2021 já tinham ocorrido 38 novos credenciamentos. O gráfico 01 mostra essa evolução.

**Gráfico 01.** Instituições de ensino superior criadas em cada década – desde 1909



Fonte: Dados do e-MEC – elaborado pelos autores (2021).

Quando se faz uma análise ano a ano, verifica-se que o aumento exponencial no número de IES no Brasil ocorreu no início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na Tabela 02 podem ser vistos os dez anos que registraram os maiores números de credenciamentos de instituições.

**Tabela 02.** Instituições de Ensino Superior criadas no Brasil

Ano	N
2019	220
2002	200
2017	196
2001	193
2018	171
2000	133
1999	122
2004	116
2016	108
2008	107

Fonte: Dados do e-MEC – elaborado pelos autores (2021).

Quando se aplica no Cadastro e-MEC o filtro para a categoria administrativa de “universidades”, no mês de julho de 2021 havia um ligeiro predomínio das públicas (n=114, 55,34%) frente às privadas (n= 92, 44,66%); entretanto, há apenas oito centros universitários públicos diante de 322 centros universitários privados. Considerando que os Centros Universitários têm autonomia de criação e extinção de cursos semelhante às universidades, além de terem uma perspectiva de se transformarem em universidade, desaparece o predomínio acima exposto, projetando-se uma supremacia do setor universitário privado.

Tendo em vista a mencionada autonomia universitária, à qual se acrescenta a influência política que as Universidades e Centros Universitários possuem junto à sociedade, surge um complexo ponto de reflexão das instituições de ensino superior públicas brasileiras: qual setor tende a ditar as regras para o ensino superior nos próximos anos?

Dentre essas regras, inclua-se a definição das formas de ingresso: via vestibular, via notas do ENEM ou outras formas. Com isso, os processos de avaliação de estudantes dos níveis básico e médio de ensino podem sofrer mudanças, visando direcionar estudantes para o setor privado. Acrescentem-se aí os programas de distribuição de vagas para classes menos favorecidos ou que encontram maiores dificuldades para acesso ao ensino superior. Tudo isso pode impactar na alocação de recursos governamentais para as universidades públicas.

A intenção dessa reflexão passa longe de tecer críticas às IES privadas, mas tem o objetivo de defender as IES públicas cada dia mais fragilizadas pela falta de recursos e alvo de críticas inócuas. Para fixar a defesa do ensino superior público, basta lembrar que as universidades públicas são as principais geradoras de pesquisa do Brasil, ou seja, a maior parte do conhecimento científico aqui produzido vem de IES públicas.

No Relatório intitulado *Research in Brazil* produzido pela *Clarivate Analytics* (2017), encomendado pela a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), são apresentadas informações relativas à pesquisa brasileira entre os anos 2011 a 2016. Nesse Relatório consta o ranking das 20 instituições de ensino superior brasileiras com maior número de publicações de pesquisa disponíveis na *Web Of Science*. A análise dessas 20 instituições aponta que 15 delas são universidades públicas federais e cinco são universidades públicas estaduais. Não há nenhuma instituição de ensino superior privada aparecendo nesse ranking.

## **Materiais e métodos**

Foi realizada uma pesquisa de natureza Aplicada, esse tipo de pesquisa também é conhecida como pesquisa Empírica, uma vez que o pesquisador tem que ir a campo ver a realidade (ZANELLA, 2009). Essa finalidade não a impede de contribuir teoricamente com fatos novos, com a geração de novos problemas de pesquisa ou mesmo para a compreensão teórica de certas áreas do conhecimento (TRUJILLO FERRARI, 1982). No caso seu uso foi para melhor delimitar a problemática da pesquisa da tese de doutorado em execução.

Quanto à abordagem configurou-se como uma pesquisa quantitativa, que “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”, requerendo o uso de recursos estatísticos, desde a definição da amostra até a análise da possível extrapolação dos resultados obtidos (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20).

Como essa fase da pesquisa visou conhecer o contexto onde a pesquisa maior ocorreria teve objetivos que a enquadra como Pesquisa Exploratória. Para Gil (2012) esse tipo de pesquisa tem por finalidade esclarecer ideias e conceitos, visando a formulação de problemas mais precisos, habitualmente envolvendo levantamento bibliográfico e pesquisa documental.

Como procedimento metodológico realizou-se uma Pesquisa Documental, que é feita em materiais que ainda não foram organizados, que não passaram por um processo de sistematização, como: relatórios, documentos, fotos, fichas, etc. A análise documental consiste em uma série de operações que objetivam o estudo e a análise de documentos que levem a descobrir as circunstâncias sociais e econômicas às quais possam se relacionar, visa investigar os fatos sociais e suas relações temporais e sociais (RICHARDSON, 2009).

Essa pesquisa ocorreu sobre os Relatórios de Concorrência ou Relações Candidato/Vaga dos concursos vestibulares realizados em seis universidades públicas paranaenses, que ofertaram vagas para ingresso nos anos letivos de 2010, 2015 e 2020; não sendo considerados dados de outras formas de ingresso, como: SiSU, PAC, PAS, etc.

Tais relatórios foram buscados junto aos seus endereços eletrônicos das universidades na internet. Foi feita essa opção por se tratar de informações de acesso livre e público e que já passaram pelo crivo da comunidade universitária interessada. Além disso, eventuais incorreções

que pudessem existir já teriam recebido as correções necessárias, em vista do tempo já decorrido.

Os dados dos relatórios foram transferidos para planilhas do *Microsoft Excel*, onde foram organizados de forma a trabalhar as informações necessárias: curso, campus de oferta, turno de cada oferta, habilitação, vagas ofertadas, número de inscritos e índice de concorrência.

A partir desse planilhamento os cursos foram classificados sob diversos pontos de referência: por Centro de Estudos ou Centro de Ensino ou Setor de Conhecimento, por Áreas Gerais de Formação do Cine Brasil, por turno de funcionamento e por habilitação. Em cada uma dessas formas de classificação foi feito um ranqueamento dos cursos que: ofertam mais turmas, ofertam mais vagas, registram mais inscrições em cada vestibular e possuem os maiores índices de concorrência em cada vestibular analisado.

Apesar do volume de tabelas e gráficos obtidos, isso gerou informações individuais de cada curso/turma ofertado, o que tenderia a gerar distorções de análise. Por exemplo: um curso ofertado num grande centro como Londrina tenderia a ter números absolutos e relativos de inscritos bem maiores que um curso ofertado em municípios de menor porte; isso poderia implicar na exclusão desses municípios das análises.

Para eliminar esse efeito, procurou-se uma forma que levasse a uma análise consolidada dos cursos das seis universidades públicas estaduais. Para se conseguir isso foi adotada a seguinte metodologia:

- A partir das listagens individuais dessas seis universidades, elaborou-se uma planilha única. Os dados dos cursos foram colocados um abaixo do outro, como se fosse uma única instituição. Por exemplo, em 2020 constam 345 ofertas de turmas, considerando as ofertadas em turnos diferentes e as habilitações diferentes, que disponibilizaram 10714 vagas aos estudantes interessados.

- Ainda usando 2020 para exemplificar, a seguir esses 345 cursos foram colocados em ordem alfabética, sendo eliminadas eventuais divergências de grafia do curso.

- A partir disso foram somados os números de todas as ofertas de cada curso. Por exemplo, em 2020 houve oferta de 15 turmas do curso de Bacharelado em Administração, em 12 campi das seis universidades, sendo três ofertas em dois turnos. Ao todo foram ofertadas 647 vagas, que receberam 3586 inscrições, o que gerou um índice de 5,54 candidatos/vaga para esse curso. O curso de Administração é quarto colocado no número de inscritos nas seis universidades, mas como é o segundo com maior oferta de vagas, ficou com o 28º maior índice de concorrência.

Essa metodologia foi utilizada para cada um dos cursos ofertados pelas universidades pesquisadas, sendo feito o ranqueamento de cada uma relativo aos vestibulares de ingresso em 2010, 2015 e 2020.

## Resultados e discussão

A universidade é uma instituição social que, como tal, reflete a estrutura e o modo como funciona a sociedade como um todo. Isso se comprova no fato que o interior da universidade se constata a mesma presença de opiniões, projetos e atitudes conflitantes existente nas divisões e contradições da sociedade. Como instituição social, suas mudanças devem acompanhar as transformações da sociedade: sociais, políticas e econômicas (CHAUÍ, 2003).

Partindo dessa ideia de instituição de ensino superior imaginava-se que num período de dez anos (2010 a 2020) houvesse mudanças significativas nos cursos ofertados pelas universidades pesquisadas, com criação de inúmeros cursos e extinção de cursos que não registrassem mais interesse por parte da sociedade. Entretanto, analisando o decênio verificou-se a criação de apenas 23 cursos novos pelas seis universidades, sendo 14 cursos em apenas uma delas; enquanto de outro lado apenas dois cursos foram extintos no período. Em uma das universidades constatou-se a total ausência de criação ou extinção de cursos na década.

Para Takahashi (2014) as universidades vivenciam um cenário de situações complexas, onde de um lado há as exigências crescentes da sociedade e, de outro, convive com uma política de ensino superior firmada em visões imediatistas, quantitativas e utilitárias. Isso impõe às universidades transformações profundas, de forma a poder assumir essa nova realidade. Todavia, a relativa estagnação das ofertas de cursos novos não corrobora o pensamento desse autor.

Há 50 anos Darci Ribeiro apontava para as “forças transformadoras” que atingiam as universidades no mundo todo, em decorrência de uma transição de uma sociedade de base industrial para uma nova sociedade; uma revolução científica e tecnológica com capacidade de transfigurar a vida humana. (RIBEIRO, 1969). Em contraponto, ao tratar as universidades latino-americanas, Ribeiro (1969) traça um quadro entre os valores professados nas universidades e os valores reais, além de todo peso que se estava impondo a elas. Ou seja, de um lado há a necessidade de evoluir, de acompanhar o mundo; mas de outro há a resistência à mudança.

A professora Wrana Maria Panizzi, Reitora da UFRGS, questionada por sobre os desafios e preocupações da gestão universitária divide-os em internos e externos (KLERING, 2000). Aponta que internamente o maior desafio é ter um projeto institucional que suplante e ao mesmo tempo incorpore os projetos individuais (de professores, chefes de departamento, reitor, entre outros). Externamente, o grande desafio é obter recursos que propiciem um planejamento de longo prazo, em especial para atendimento da demanda de vagas, em número e em direcionamento.

Seguindo o pensamento de Panizzi, vale a pena trazer alguns números relativos a vagas e demandas. Dados consolidados em 2020 demonstraram a existência de 93 cursos diferentes sendo ofertados pelas seis universidades paranaenses, sendo que 72,04% deles habilitam para cursos de bacharelados (n= 67), enquanto que 22,58% são licenciaturas (n= 21). Os cinco cursos restantes são: três tecnológicos e dois com dupla habilitação (Bacharelado e Licenciatura).

Quando se analisou o número de vagas disponibilizadas por esses cursos, obteve-se que os bacharelados ofertam em torno de 65% do total de vagas e as licenciaturas ofertam por volta de 30% das vagas totais. A diferença percentual em relação ao número de cursos diferentes se deve ao fato de que as licenciaturas possuem alguns cursos, como Pedagogia e Letras, que ofertam muitas turmas; enquanto isso há muitos bacharelados de turma única no Estado todo.

Quando a análise passou para o número de inscritos por curso verificou-se uma redução no número total de inscrições no decêndio, que talvez encontre como justificativa parcial o direcionamento de parte das vagas para ingresso via SiSU, usando as notas do ENEM, bem como no aumento da oferta de cursos no formato de ensino a distância (EaD). Verificou-se que houve uma migração de inscrições das licenciaturas para os bacharelados: as primeiras tiveram 15,21% das inscrições em 2010 e os segundos tinham 82% delas; em 2020 as licenciaturas caíram para 10,11% das inscrições (redução de cerca de 5%), sendo que os bacharelados absorveram 88,52% dos inscritos totais (aumento de 6,5%).

Isso gerou indagações nos pesquisadores: como se dá o processo de escolha profissional pelos jovens que participam dos processos seletivos dos cursos das universidades públicas? O que leva a esse aumento na procura pelos bacharelados em detrimento das licenciaturas? Isso tem a ver somente com a questão do mercado de trabalho ou o processo seletivo do tipo Vestibular tem influência? Vale registrar que enquanto diversas universidades públicas federais estão migrando para o ENEM, as universidades pesquisadas usam majoritariamente o vestibular.

A tabela 03 traz os números das inscrições consolidadas por habilitação nos vestibulares 2010, 2015 e 2020 das universidades públicas paranaenses, acompanhados dos respectivos índices de concorrência. Nessa tabela pode-se visualizar a citada redução no número total de inscrições no decêndio.

Como se vê, os números de inscritos impactaram nos índices de concorrência: os bacharelados passaram de 11,434 candidatos/vaga em 2010 para 12,333 candidatos/vaga em 2020, ou seja, um aumento de 7,64% na concorrência média de seus cursos. De seu lado, as licenciaturas que em 2010 e 2015 tinham um índice de 3,91 candidatos/vaga, viram esse índice de concorrência reduzido para 3,050 candidatos/vagas, que indica uma redução de cerca de 22% na concorrência.

**Tabela 03.** Inscritos e índices de concorrência dos vestibulares 2010, 2015 e 2020 por habilitação

Habilitação	Inscritos 2010	Índice Concorr.	Inscritos 2015	Índice Concorr.	Inscritos 2020	Índice Concorr.
Bacharelado	92936	11,4341	93326	13,577	86395	12,3333
Licenciatura	17243	3,9126	13877	3,906	9862	3,0504
Bacharelado/Licenciatura	2568	5,7194	1540	4,314	1287	3,8765
Tecnológico	597	3,3167	100	1,389	50	0,3472
Totais	113344	--	108843		97594	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para quem atua há muitos anos em cursos de graduação em universidades, uma situação comumente encontrada é uma constante migração dos estudantes que participam dos concursos vestibulares, de cursos com alta concorrência para cursos com baixa concorrência. Não é incomum ver cursos com baixíssima procura, de repente apresentarem uma concorrência muito maior. Quando isso ocorre de forma muito frequente, o vestibular funciona com uma espécie de termômetro de que os ensinamentos médio e fundamental passam por dificuldades formativas. Nesse caso, o vestibular passa a funcionar com aquele papel de “forma de avaliação” dos níveis de ensino precedentes, na maioria das vezes indicando que as políticas educacionais para esses níveis têm problemas e precisam ser repensadas.

Analisando os números das inscrições para os concursos vestibulares e respectivos índices de concorrência dos cursos analisados, há a indicação da existência de alguns tipos de cursos de graduação:

- Cursos tradicionais – seus níveis de procura se mantêm bastante estáveis, podendo apresentar índices altos de concorrência ou índices intermediários, mas raramente apresentam quedas acentuadas nas inscrições. Podem ser usados como exemplos os cursos de Administração e de Ciências Contábeis.

- Cursos em alta – vêm verificando aumentos significativos e constantes no total de inscritos. Isso é comum em curso da saúde, como Medicina e Psicologia.

- Cursos novos e chamativos – apesar de passarem a ser ofertados há pouco tempo, vêm verificando aumentos de procura. Exemplos identificados nas análises feitas são Biomedicina e cursos ligados a softwares e computação.

- Cursos que apresentam uma procura pequena, mas que é relativamente estável. Esse é o caso que se constatou em diversas licenciaturas.

- Cursos que apresentam uma instabilidade muito grande de procura, num ano estão em alta e no ano seguinte podem cair significativamente. Esses cursos acabam sendo os que representam a maioria dos cursos encontrados.

Nas Tabelas 04 e 05 são listados os dez cursos mais concorridos nos três vestibulares analisados e os dez cursos com menor concorrência, respectivamente. Alguns dos cursos acima conceituados podem ser vistos nessas tabelas.

**Tabela 04.** Cursos mais concorridos nos vestibulares 2010, 2015 e 2020 - comparativo

--	2010	Conc.	2015	Conc.	2020	Conc.
1º	Medicina	77,300	Medicina	115,143	Medicina	155,290
2º	Arquit. e Urbanismo	22,980	Engenh. Mecânica	31,712	Psicologia	24,353
3º	Engenharia Mecânica	22,538	Arquit. e Urbanismo	31,467	Biomedicina	21,660
4º	Engenharia Civil	21,364	Engenharia Civil	31,330	Odontologia	21,401
5º	Odontologia	20,735	Direito	21,778	Medicina Veterinária	17,169
6º	Biomedicina	18,850	Odontologia	21,098	Arquit. e Urbanismo	16,570
7º	Direito	17,870	Biomedicina	20,385	Direito	16,088
8º	Design Gráfico	17,300	Psicologia	19,462	Engenh. Mecânica	14,096



9º	Eng. de Computação	16,500	Medicina Veterinária	18,621	Design Gráfico	13,800
10º	Psicologia	15,753	Eng. Química	18,272	Eng. de Software	13,733
--	Concorrência média	25,119	Concorrência média	32,927	Concorrência média	31,416

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

**Tabela 05.** Cursos menos concorridos nos vestibulares 2010, 2015 e 2020 - comparativo

2010	Conc.	2015	Conc.	2020	Conc.
77 Biblioteconomia	1,720	80 Sist. de Informação	1,750	78 Hotelaria	0,850
78 Ciências Sociais Bach	1,700	81 Biblioteconomia	1,175	79 Engenharia de Pesca	0,800
79 Matemática Aplicada	1,525	82 Hotelaria	0,900	80 Matemática Aplicada	0,750
80 Arquivologia	1,500	83 Engenh. de Pesca	0,850	81 Engenharia Têxtil	0,676
81 Tecnol. em Alimentos	1,483	84 Tecn. Meio Ambiente	0,792	82 Geografia Bach	0,577
82 Esporte	1,467	85 Lic. Plena Ciências	0,750	83 Arquivologia	0,550
83 Lic Plena em Ciências	1,114	86 Música Bach	0,750	84 Tecn. Constr. Civil	0,458
84 Matemática Bach	1,088	87 Esporte	0,667	85 Tecn. em Alimentos	0,313
85 Economia Doméstica	0,950	88 Tecn. em Alimentos	0,667	86 Tecn. Meio Ambiente	0,271
86 Música Bach	0,708	89 Arquivologia	0,450	87 Ciências Naturais	0,111
Concorrência média	1,326	Concorrência média	0,875	Concorrência média	0,536

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando se analisa a tabela 04 com o *top ten* dos cursos mais concorridos, sem qualquer conotação crítica a esses cursos, mas é inevitável perceber certa elitização nessa lista, contendo em sua maioria cursos de difícil acesso para classes menos favorecidas dos estudantes, incluem-se aí os estudantes que fizeram todo ensino fundamental e médio na rede pública ou mesmo aqueles estudantes-trabalhadores, que não podem se dedicar em tempo integral aos estudos.

Com esse processo de elitização, acentua-se a questão: como um estudante que fez toda sua caminhada na escola pública poderia concorrer a vagas em cursos com concorrências acima de 20 por um, onde grande parte dos concorrentes teve acesso a cursos especializados para ingresso via vestibular? Obviamente que a análise não é tão simplista como pode parecer, incorporando um grande número de variáveis, mas jamais essa pergunta poder ser descartada. Um índice de 20 por um não significa que um candidato precisa ter nota melhor que outros 19; se forem 600 inscritos para 30 vagas, por exemplo, esse candidato precisará superar 570 concorrentes. Ou seja, candidatos que não tiveram acesso a cursinhos preparatórios ou vindos de classes minoritárias, entram em franca desvantagem.

É comum em universidades públicas serem coletados dados sócio-educacionais dos estudantes que se inscrevem para seus vestibulares. Tratamentos estatísticos desses dados poderiam indicar a procedência dos estudantes por curso, se oriundos da rede pública ou da rede privada. Além de servir para uma avaliação do ensino público, pela ponderação de quantos conseguiram o ingresso ao ensino superior, também seriam geradas informações para planejar ações mais efetivas visando a melhoria do ensino público que precede ao superior ou para garantir aos seus egressos o acesso no ensino superior público.

De outro lado, quando se analisa os 10 cursos menos concorridos, pode-se notar certa “dança das cadeiras” daqueles cursos de forte instabilidade de procura; sendo que somente três cursos aparecem na parte de baixo em todos os três vestibulares analisados. Alguns desses cursos constam entre os que foram extintos no período, como é o caso de Esporte e de Economia Doméstica.

Há também o destaque negativo para os três únicos cursos Tecnológicos ofertados pelas universidades públicas do Paraná, que estão em queda brutal de procura. Quando se analisa os caminhos que o mercado de trabalho tende a seguir, em função dos avanços tecnológicos e o crescimento do uso da inteligência artificial, e dos profissionais que tendem a ganhar destaque no futuro, nota-se que além dos cursos tecnológicos há outros que parecem trilhar no sentido

contrário.

Na Tabela 06 nota-se que está ocorrendo uma polarização das inscrições em alguns cursos, com o esvaziamento acentuado de outros na última década. Os dez cursos mais procurados captaram quase 70% das inscrições de 2020, num universo de cerca de 90 cursos ofertados; no outro extremo os dez cursos menos procurados caíram de 0,52% para 0,17% dos inscritos, entre 2010 a 2020.

Quando se amplia a análise para conjuntos de 20 cursos mais e menos acessados, a situação é ainda mais brutal. De todos os cursos ofertados, 20 deles que detinham 75% das inscrições totais para o vestibular, passaram a ter 84% dos inscritos das seis universidades em foco. Já os 20 cursos de menor procura caem de 1,5% para 0,6% do montante de inscrições.

**Tabela 06.** Representatividade dos 10 e dos 20 cursos mais e menos procurados nos vestibulares

--	2010	2015	2020
Total de inscritos dos 10 primeiros	63307	67991	67692
% sobre total de inscritos	55,85%	62,47%	69,36%
Total de inscritos dos 10 últimos	588	280	170
% sobre total de inscritos	0,52%	0,26%	0,17%
Total de inscritos dos 20 primeiros	85039	85181	82095
% sobre total de inscritos	75,03%	78,26%	84,12%
Total de inscritos dos 20 últimos	1688	1150	589
% sobre total de inscritos	1,49%	1,06%	0,60%
Total de inscritos	113344	108843	97594

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Não se conseguiu fazer análises mais detalhadas desse efeito, visto que essa foi uma pesquisa subsidiária de uma pesquisa principal. Mas é inegável que são números impactantes, que acenam para um direcionamento dos caminhos buscados pelos estudantes paranaenses quando tentam ingressar no ensino superior público.

Complementando essa análise numérica do direcionamento das inscrições, os cursos foram organizados por Áreas Gerais de Formação do Cine Brasil, como se apresenta na Tabela 07. A “Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica” (Cine Brasil) é a metodologia adotada pelo Sistema e-MEC no cadastro dos cursos. Tal metodologia permite que os cursos de educação superior sejam agrupados segundo a semelhança de conteúdo temático, que é o princípio básico do processo de classificação desses cursos. A Cine Brasil “é baseada na *International Standard Classification of Education – Fields of Education and Training* (ISCED-F) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)”, sendo composta por quatro níveis de classificação (2021, online).

Considerando nível primário de classificação no Cine Brasil, os números apontam para um crescimento acentuado da procura por cursos da área de Saúde, que recebeu mais da metade das inscrições em 2020, abocanhando fatias significativas de todas as outras áreas. Há uma tendência que a partir da pandemia COVID-19 esse aumento da procura por cursos dessa área se acentue.

**Tabela 07.** Inscrições por áreas do Cine Brasil – comparativo

Áreas Gerais – Cine Brasil	Inscritos 2010		Inscritos 2015		Inscritos 2020	
9 Saúde e Bem Estar	31028	27,38%	35113	32,26%	49164	50,38%
4 Negócios, Administração e Direito	28427	25,08%	24195	22,23%	18395	18,85%
1 Educação	17243	15,21%	13877	12,75%	9862	10,11%
7 Engenharia, Produção e Construção	15943	14,07%	17966	16,51%	7001	7,17%
8 Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterin.	10107	8,92%	9062	8,33%	6570	6,73%

5 Ciências Naturais, Matemática e Estatíst.	3117	2,75%	2777	2,55%	2187	2,24%
6 Computação e Tec. da Inform. e Comun.	2942	2,60%	1943	1,79%	1861	1,91%
3 Ciências Sociais, Comunicação e Inform.	2150	1,90%	2117	1,95%	1404	1,44%
2 Artes e Humanidades	1907	1,68%	1551	1,42%	987	1,01%
10 Serviços	480	0,42%	242	0,22%	163	0,17%
Totais	113344	100%	108843	100%	97594	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

A área de Negócios, Administração e Direito, apesar de perder um pouco de espaço, mantém como a segunda área cujos cursos são mais buscados. Registre-se também que são cursos que, em sua maioria, se enquadram dentro dos mais tradicionais e com níveis estáveis de inscrições.

Os cursos da área de Educação perderam mais de 40% dos interessados, mas conseguem se manter em terceiro. Fazendo uma análise com o conjunto das inscrições infere-se que muito disso é causado por ser uma área com grande número de cursos ofertados e também pelo maior número de vagas e turmas por ofertadas, se comparado com outras áreas. Não se pode esquecer que a área de Educação, no Cine Brasil, embarca todas as licenciaturas. Em tais cursos percebe-se que o ingresso de alunos por convicção ou porque acham que “tem o dom” para a docência é muito maior que em outras áreas. As questões financeiras e de acesso ao mercado de trabalho, não que sejam desconsideradas, mas não parecem ser a que vem em primeiro lugar por quem escolhe um curso da área de Educação no ensino superior, especialmente quando se trata de universidades públicas.

Sente-se a falta da oferta de mais cursos da área de Serviços ofertados pelas universidades públicas, uma vez que estão entre os setores que mais empregam e tendem a empregar profissionais no futuro. Parte da pesquisa principal, à qual esta pesquisa subsidia, pretende investigar melhor a distribuição de cursos do Cine Brasil; há a possibilidade de que a pouca incidência de cursos na área de Serviços se deva à forma de classificação do Cine Brasil e aos cursos que integram a área, ou ainda de muitos outros cursos que a poderiam integrar.

A pequena procura por alguns cursos ligados à Computação e a Sistemas de Informação também deve acender a luz de advertência, visto ser a área apontada por muitos especialistas como a que vai realocar muitos profissionais vitimados pelo desemprego que pode decorrer da 4ª Revolução Industrial.

Um primeiro olhar sobre os dados trazidos, se fixado apenas nos números, pode questionar sobre como eles podem fazer o processo de vestibular transcender a dimensão de simples processo seletivo. Mas eles trazem inúmeras chamadas para a reflexão e muitas problemáticas de pesquisa para entender o comportamento dos estudantes que vêm do ensino médio buscando ascender para o ensino superior.

A queda na procura pelas licenciaturas, sem as quais não se imagina como possa existir o ensino fundamental, precisa causar preocupação em professores, gestores desses cursos e dirigentes do ensino. O que fazer com cursos cuja procura tende a zero, será que realmente estão se tornando dispensáveis na sociedade? Se a resposta for positiva, como realocar os recursos humanos que neles atuam? Até que ponto a existência de cotas para alunos oriundos do ensino público reduz o abismo existente na sociedade quando o assunto é inserção de estudantes de classes menos favorecidas?

Talvez sejam necessários novos olhares sobre os números apresentados, visando buscar as diversas mensagens subliminares existentes, que mostrem problemas ainda não vistos ou mesmo soluções não percebidas.

## Considerações Finais

Como visto na introdução deste projeto é das universidades que saem os profissionais que irão atender às necessidades da sociedade. Quando se fala isso, transcende-se aqui a questão do mundo do trabalho, pois mais do que atender ao mercado na produção de riquezas, são profissionais

que irão produzir educação, propiciar saúde, causar bem estar, promover segurança, trazer paz interior, gerar lazer e qualidade de vida.

Dessa concepção surge a figura de um triângulo, que está longe de ser equilátero. De um lado tem-se um novo perfil de sociedade, e especialmente de mercado, que requer profissionais cada dia mais eficientes e com uma série de novas competências, que se agregam às já existentes, como: senso de equipe, polivalência, criatividade, autonomia, espírito cooperativo, disciplina, entre outros.

No segundo lado estão jovens buscando a formação superior como forma de inserção nesse mundo do trabalho e nessa sociedade, que conflitam dentro de si um desejo de pertencimento e uma necessidade de não serem “só mais um”. Uma juventude que chega na fase da batalha pelo ingresso no ensino superior cada vez mais jovem de idade e cheia de angústias, inseguranças e inquietações.

No terceiro lado do triângulo, que normalmente seria visto como o lado que está embaixo, não num pensamento de inferioridade, mas vendo como sendo a base, estão as universidades com todos os seus problemas e limitações, que precisam achar uma forma de atender às duas partes: sociedades e jovens acadêmicos. Quem participa ou já participou de órgãos acadêmicos de uma universidade pública já pode ter se deparado com uma angústia que se apresenta e preocupa essas instituições: como selecionar quem entra na universidade e quem ficará de fora, quem deve esperar?

Apesar da tendência de grande parte das universidades públicas aderirem ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para selecionarem seus estudantes, por certo que isso não pode redirecionar a maior parte das discussões.

Nesse sentido, alguns aspectos não podem ser desconsiderados: a) a seleção por meio de vestibular continuará sendo usada por um número significativo de instituições de ensino superior públicas; b) há uma tendência que grande parte das IES privadas continue adotando essa metodologia, cabendo aqui lembrar a reflexão feita sobre o aumento de universidades privadas que se vislumbra num horizonte pequeno de tempo; c) por fazer parte de um programa do governo federal, o Sisu (assim como o Enem) pode deixar de existir a partir de uma simples decisão política, o que tenderia a provocar um retorno da utilização do vestibular, pelo menos num primeiro momento.

Em contraponto, pode-se dizer que uma massificação da utilização do Sisu poderia facilitar o tratamento dos dados relativos à mobilidade e à inserção estudantil, que possibilitaria um estudo mais amplo das necessidades educacionais nos níveis de educação que precedem o ensino superior.

Com perdão à figura de linguagem, mas contrapondo este contraponto tem-se o fato que o Brasil é um país de dimensões continentais e de grandes desigualdades regionais, o que dificulta muito o estabelecimento de políticas educacionais aplicáveis de forma homogênea no país todo. Nesse sentido os concursos vestibulares, se tiverem seus dados melhor explorados, poderiam trazer retratos mais próximos da realidade local: seja municipal ou estadual.

Há ainda quem defenda que esse aspecto mais regional do vestibular faz com que o peso da desigualdade social na inserção dos estudantes seja reduzido. Enquanto o Sisu possibilita que um estudante de São Paulo concorra em igualdade de condições com um estudante de um estado mais pobre, o vestibular pode reduzir essa possibilidade e tende a propiciar uma inserção mais local dos estudantes. Mas isso também não é ponto pacífico, existindo defesas no sentido contrário quanto à essa mencionada “igualdade de condições” na concorrência entre estudantes, visto que o fluxo contrário também existe: estudantes de estados com menor número de instituições de ensino superior teriam maiores oportunidades de acesso a um curso superior universitário.

Aqui foi tratado do acesso via concurso vestibular, que é o sistema mais tradicional de ingresso de estudantes ao ensino superior, trazendo algumas constatações e algumas inquietações. Como dito no início, não se tinha a intenção de trazer respostas surpreendentes, mas se procurava gerar dúvidas, fomentar perguntas. Tentou-se provocar uma transcendência na forma como o vestibular é visto: Sistema de entrada? Instrumento de avaliação da educação? Mecanismo de inclusão/exclusão social?

## Referências

BELTRAMELLI NETO, S.; COSTA, L. F. Perceptions of the World Economic Forum on labor in the Fourth Industrial Revolution and reflections from the perspective of decent work. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2021. DOI: 10.5902/1981369455258. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/e55258>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica (Cine Brasil) - Apresentação**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/cine-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, (on line). **Sistema e-MEC**. Disponível em <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil A report for CAPES by Clarivate Analytics. 2017. **In Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016)**. Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/relatorio-da-clarivate-para-capes-revela-panorama-da-producao-cientifica-do-brasil-2011-2016/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em). Acesso em: 25 ago. 2019.

DRAKE, N. A evolução humana. **National Geographic**, 11/09/2015, online. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/historia/evolucao-humana>. Acesso em: 05 jan. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KLERING, L. R (org). **Temas contemporâneos sobre gestão universitária**. Florianópolis: BOOKESS, 2013.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores: SOUZA PERES, J. A. et al. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHWAB, K. The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond. **WEF Fórum – Agenda**. 14 jan 2016. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª ed. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TAKAHASHI, L.B.R. **Gestão universitária frente à inovação: um estudo empírico no HU/UFSC**. Belo Horizonte: Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde, RAHIS, v. 11, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/2118>. Acesso em 03 set 2019.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1982.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

Recebido em 07 de fevereiro de 2022.

Aceito em 14 de fevereiro de 2022.